

REGISTRO DE NASCIMENTO DE INDÍGENA

(Prov. 194/2012 – CGJ/AM e Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 03/2012)

O assento de nascimento de indígena não integrado no Registro Civil das Pessoas Naturais é facultativo. Do indígena integrado é obrigatório.

Exigir o Registro Administrativo de Nascimento do Indígena – RANI ou a presença de representante da FUNAI quando houver dúvidas sobre sua condição de indígena.

Caso o declarante não compreenda a linguagem nacional, exigir intérprete (de preferência, da FUNAI).

- 1) Não se aplica aos indígenas a regra de vedação a nomes que possam expô-los ao ridículo, sendo de livre escolha.
- 2) A etnia pode ser incluída após o prenome, como SOBRENOME.
- 3) A aldeia ou comunidade indígena pode ser incluída como NATURALIDADE, junto com o município de nascimento.
- 4) Poderão figurar, como observações do assento de nascimento, a declaração do registrando como indígena e a indicação da respectiva etnia.

É possível retificação dos assentos já registrados para a inclusão das mencionadas informações, com requerimento expresso e apresentação do RANI – Registro Administrativo de Nascimento Indígena. É obrigatório constar em todas as certidões do registro o inteiro teor destas averbações, para fins de segurança jurídica e de salvaguarda dos interesses de terceiros.

OBS: Comunicar a FUNAI **IMEDIATAMENTE** sobre o registro realizado.

REGISTRO TARDIO DE NASCIMENTO DE INDÍGENA

(Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 03/2012 e arts. 263 e 264, Prov. 278/2016 – CGJ/AM)

(não aplicar o Prov. 28 CNJ)

Caso o declarante não compreenda a linguagem nacional, exigir intérprete (de preferência, da FUNAI).

Em caso de dúvida ou suspeita de duplicidade, apresentar certidão negativa de registro de nascimento nas serventias que possuam competência sobre os territórios de nascimento, onde está situada a aldeia e onde esteja sendo atendido pelo serviço de saúde, além de presença do representante da FUNAI.

O registro tardio do indígena poderá ser realizado:

I. mediante a apresentação do RANI;

II. mediante apresentação dos dados, em requerimento, por representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI a ser identificado no assento; ou

III. na forma do art. 46 da Lei n.º 6.015/73 (seguir procedimento próprio de registro tardio de nascimento, aplicável aos demais casos).

OBS: Comunicar a FUNAI **IMEDIATAMENTE** sobre o registro realizado.